

Eixo N° 3: Modos de apresentação das consultas atuais: identidades, virtualidades, sintomas e caráter

O que significa falar a mesma língua?

Coordenadores: Gustavo Ramos (EBP) e Cleyton Andrade (EBP)

Integrantes: Daniela Araujo (Salvador), Rachel Botrel (Belo Horizonte), Andrea Guerra (Belo Horizonte), Cecília Lana (Belo Horizonte), Ceres Lêda (Goiânia), Ana Eliza Lima (Maceió), Vinícius Lima (Belo Horizonte), Daniele Menezes (Rio de Janeiro), Mariana Queiroz (Florianópolis), José Augusto Rocha (Caruaru), Sílvia Sato (Ribeirão Preto), Julian Silvestrin (Florianópolis), Marcus André Vieira (Rio de Janeiro), Renally Xavier (Campina Grande).

O diagnóstico nas consultas atuais e os efeitos da virtualidade

Para começarmos a conjecturar e a responder à questão sobre como a clínica do começo de uma análise mudou nos últimos anos, retomaremos a função das entrevistas preliminares, formalizadas por Miller a partir de três níveis: a avaliação clínica, a localização subjetiva e a introdução ao inconsciente. Enquanto nos dois primeiros níveis estaria em jogo um processo de subjetivação, para a entrada no terceiro nível, marcando propriamente o início do trabalho analítico, esperar-se-ia a ocorrência de um processo de retificação subjetiva.

Ressaltaremos a necessidade de se fazer um certo cálculo diagnóstico com o objetivo de obter uma ideia mais ou menos clara com relação à direção do tratamento como o ponto central do nível da avaliação clínica. Assim, as entrevistas preliminares existem para mostrar que, na prática lacaniana, “o começo da análise é adiado, ou seja, o analista se demora em iniciar o processo até que se satisfaça para poder autorizar a demanda de análise e avalizá-la segundo razões precisas e claras”¹. Miller acrescenta: “Às vezes o analista fica com o paciente vários anos numa situação preliminar de tal maneira que teríamos uma 'preliminar permanente’².”

Chamou-nos a atenção a expressão “preliminar permanente”, pois parece que a clínica do começo na contemporaneidade pode ser caracterizada por um processo de prolongamento, de dilatação no tempo das entrevistas preliminares. Perguntamo-nos se a maior parte dos pacientes que chega aos nossos consultórios hoje - excetuando-se, talvez, em sua maioria,

¹ Miller, J.-A., “O método psicanalítico”, *Lacan Elucidado*, Rio de Janeiro, Zahar, 1997, pp. 221-284.

² Ibidem.

os pedidos de análise dos analistas em formação - não permaneceria nesse estado que poderia ser chamado de “preliminar permanente”.

Isso se daria não só em função de um dado diagnóstico ligado à prevalência cada vez maior de casos de psicoses – principalmente de psicoses não desencadeadas –, mas também da prevalência de casos de neuróticos que buscam tratamento psicanalítico, mas rechaçam a busca pelo saber sobre o que determinaria seu mal-estar. Além disso, muitos são os sujeitos que não conseguem falar em nome próprio, permanecendo na superficialidade do texto, impossibilitados de fazer qualquer tipo de retificação subjetiva, sob o risco de se afastarem demais da zona que lhes garante uma estabilização/amarração.

Eles têm chegado na contemporaneidade com uma proliferação de diagnósticos neuropsicológicos, medicados pela neuropsiquiatria ou com uma demanda de avaliação para laudos diagnósticos e a eles muitas vezes identificados, característica de um mundo atravessado pelo discurso da ciência, associado ao discurso do capitalismo.

Um *falasser* que se encontra em uma sociedade com uso imperioso das redes virtuais, as experiências ali vividas no uso do virtual fomentam um imaginário, a criação de mundos e universos virtuais e identificatórios (modos de vestir, grupos diversos: anoréxicos, bulímicos, de jogos, etcétera). Nessa relação sem o Outro, sozinho, desamparado, em angústia, com seus corpos agitados, poderíamos pensar a virtualidade como sintoma atual? Ali capturados pelo excesso (jogos, vídeos, produtos, imagens etcétera) entram em uma relação de adição, como revela Roy³, e qualquer interrupção abrupta pode gerar consequências na ordem de um acontecimento de corpo que podem ir de uma inibição a uma extrema exposição mortífera.

Há de se destacar que esses corpos agitados, angustiados, que sofrem o efeito do declínio do simbólico, apresentam ficções frágeis na construção de um discurso. Esses podem ser descritos como da ordem de enxames de S_1 , significantes soltos, metonímicos e que não são lidos como metáfora, e apontam a presença do inconsciente real. A análise entraria no lugar de um esforço de tradução, buscando uma nomeação possível.

As questões identitárias e a identificação

³ Roy, D., “Proteção da adolescência”, *Opção Lacaniana*, n. 72, março, 2016, p. 50.

“Eu quero que você me escute como uma mulher negra!”. Uma frase como essa, até poucos anos atrás, poderia fazer com que muitos psicanalistas se restringissem a escutar como uma recusa do inconsciente ou um enrijecimento do imaginário. No entanto, esse modo de chegada tem sido cada vez mais frequente e evidencia a sutileza implicada na escuta das questões de raça na entrada de uma análise. Nessa enunciação, o próprio sujeito, avisado do lugar que o corpo de uma mulher negra ocupa nas dinâmicas do laço social no Brasil, aponta à analista – que pode ser uma mulher branca – que uma parte das questões que irá trazer tem a ver com as marcas que a realidade social do racismo impõem sobre seu corpo. A analisante convoca ou faz existir uma analista advertida das questões raciais, isto é, advertida do fato de que uma parcela de seu sofrimento não se deverá apenas às contingências de uma posição fantasmática, por exemplo, mas também à incidência das violências racializadas do Outro sobre seu corpo. Mais do que um impedimento à análise, o consentimento da analista – ou, no mínimo, sua não recusa dessa proposição – pareceu antes operar como condição para seu início. Apresentar-se como “mulher negra” torna-se, então, uma estratégia da analisante para convocar e desativar, de antemão, os potenciais preconceitos do eu da analista ligados à raça, que poderiam ser responsáveis pela resistência da analista ao tratamento. Sem essa enunciação, não seria possível a essa analisante se endereçar a uma analista branca.

Hoje, quando pacientes chegam às análises dizendo “eu sou *trans*”, “eu sou negro”, podem dizer menos de um identitarismo, ou de um modo de obturar ou escapar da castração. Podem expor o significante da falta no Outro, por serem eles mesmos aquilo que fura o universal do “todos iguais”. Em um mundo onde definitivamente não somos todos iguais, tais sujeitos denunciam que esse discurso não passa de mais um semblante. Fazem uso de um semblante como forma de fazer existir o Não-Todo. Seus corpos, suas vidas são o testemunho disso. Portam eles mesmos tal enunciação, embora cada um ainda esteja, em uma medida ou outra, capturados e absorvidos pelas suas próprias histórias, seus encontros e desencontros. Mesmo sem terem a exata dimensão do que portam, nos dizem com o “eu sou negro”, “eu sou *trans*”, “eu sou uma mulher negra”, “eu sou indígena”, o ponto exato onde incide o gozo violento do Outro da cultura. São, além de tudo, marcadores de um gozo do Outro que não é contingente. Não são identitaristas, na verdade interpretam a cultura dizendo o que ela coloca insistentemente no lugar de objeto, fora dos contornos singulares das fantasias. Na verdade, impõem que cada um terá que se virar, fazendo uso da própria fantasia, para dar conta dessa obscenidade coletiva de fazer sempre os mesmos corpos de objeto.

Uma mulher negra chega em análise dizendo de uma infância de “desamor” e da marca disso em encontros com homens. Será apressado dizer que é um traço contingente que poderia recair aleatoriamente como sentido na história de qualquer um. Contudo, há discursividades sociais que conferem uma consistência quando se trata de mulheres negras. A passagem do “eu tive uma infância de desamor” para “porém, nem tudo foi violência”, bem como consentir com a intimidade diante do outro, com um corpo que possa se inscrever não só pela via da dor, inclui um trabalho analítico cuidadoso que não invalida a seriedade e importância das questões de entrada.

Esse percurso bem próprio de análises com sujeitos históricos, não se dá sem que essa mulher negra possa cifrar uma posição de dejetivo que possui a marca do racismo. Se essa marca - a do racismo - é indelével, também não é totalizadora. Ela consente com os furos, com o estranhamento, com a diferença - entre ela e outras mulheres negras e não negras. O significante “mulher negra” aparece como um ponto articulando uma posição que autoriza uma enunciação e também possibilita uma simbolização de sua história, para com isso produzir uma separação da posição do Outro do racismo que define o destino das mulheres negras: superexploração, rompimento de vínculos familiares, violência e solidão, traços que se evidenciam na sua posição sintomática.

Da parte do analista haveria um "eu sou"?

Um homem trans fez terapia com uma psicanalista *cis* durante quatro anos presencialmente. Recentemente buscou um “analista *trans*”, relatando “sintomas e ansiedade” sobre os quais já elaborou um saber, mas ainda o incomodam. Formulou a demanda dizendo que agora quer “conversar de igual para igual, sobre identidade, alguém que me entenda, que fale a mesma língua”. Acolhendo a demanda, o analista questiona: “mas falar a mesma língua não garante que as pessoas se entendam, não é?”. Instala-se ali o primeiro momento de silêncio e consentimento.

Sob o efeito dessa interpretação, o sujeito que antes buscava um igual que pudesse responder à sua demanda, agora passa a dizer de si. Havia procurado um igual que não é o igual pela via do *mesmo*, do gozo, do invariável, mas o igual pela via do *idêntico*. Para Miller⁴, “Quando falamos de identidade, de identidade a si, já alojamos a questão no registro significante [...], mas o gozo nos obriga a pensar um estatuto do mesmo, que não é o idêntico no registro significante”. O *mesmo* não possibilita abrir para uma análise, ele se

⁴ Miller, J.-A., “Racismo”, *Extimidad*, Buenos Aires, Paidós, 2017. Tradução nossa.

opõe à alteridade que é interna ao Outro, a extimidade. Por isso o encontro com um analista permite que se depare com o fato de que falar a mesma língua não implica partilhar dos mesmos significantes mestres, nem da mesma posição, mas pode ser a condição para se abrir para a equívocidade.

A identificação imaginária *trans* não sustenta a entrada em análise, mas para alguns sujeitos é condição para buscar um analista. Nesse sentido, falar “a mesma língua” foi o modo com que esse sujeito procurou preservar um espaço, mesmo sem saber, no qual a intervenção do analista não corresse o risco de ser engendrada pela violência social. Ou seja, sua demanda porta a incômoda constatação da violência sofrida por pessoas *trans* como um real fora da contingência. Ainda que possa ser um engano, a busca por um analista *trans* é a busca por uma escuta que de antemão não seria transfóbica.

Em outro caso, uma indígena gestante foi encaminhada para um atendimento com um psiquiatra, mas ela queria ser escutada, não medicada. Encontrou um analista, que pertencia à mesma etnia e frequentara, durante a infância, aquela mesma aldeia. A questão girava em torno da gravidez não desejada, quando o Outro disse a ela que seu destino era ser mãe, desconsiderando seu sonho de ser nutricionista: “eu sinto que carrego um vazio”, é o que levou para o analista indígena. Nem mesmo um nome havia sido dado à criança que nasceria. O analista se refere a esse bebê por nascer, com o nome dado só pelo pai. Diante da extrema dificuldade durante o parto, ela enfim dá o nome à criança, permitindo que nasça. Foi necessário, primeiro, o analista indígena da mesma etnia para que depois isso pudesse cair, para dar lugar a um “analista parteiro”.

Sob esse prisma, percebemos ao longo dos encontros que o analista pode testemunhar por sua prática que *demanda, identificação e transferência* surgirão como vias importantes na entrada em análise.

Revisão: Daniela Araujo (EBP/AMP)
Gustavo Ramos (EBP/AMP)